



NOTA TÉCNICA Nº RTB-002-UK

GÊNERO E AS NEGOCIAÇÕES DO CLIMA

Thiago De Araújo Mendes
Luciano Schweizer
José Domingos Gonzalez Miguez
"Macaozinho" - IA Chatbot

Junho, 2025





NOTA TÉCNICA Nº RTB-002-UK

GÊNERO E AS NEGOCIAÇÕES DO CLIMA

Thiago De Araújo Mendes¹

Luciano Schweizer²

José Domingos Gonzalez Miguez³

"Macaozinho" - IA *Chatbot*⁴

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD
BRA/24/007 — Programa de Apoio à COP30
Junho, 2025

1. Bacharel em Relações Internacionais, mestre em Geografia, doutor em Desenvolvimento Sustentável e pós-doutorado em Relações Internacionais. Possui experiência profissional em projetos de desenvolvimento sustentável e meio ambiente desde 1999. É membro do Painel de Especialistas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), certificado como revisor de inventários de gases de efeito estufa. Atuou como especialista sênior do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na área de mudanças climáticas e sustentabilidade. Atualmente, é pesquisador e professor da PUC Minas em Relações Internacionais e faz parte da Coordenação do Curso de Pós-Graduação do Instituto de Educação Continuada (IEC/PUC Minas) sobre Mudanças Climáticas Globais: instrumentos de política, gestão e economia.

2. Economista, mestre em Administração de Empresas e doutor em Engenharia de Produção. Possui mais de 33 anos de experiência profissional em finanças, consultoria estratégica, gestão pública, cooperação internacional, instituições financeiras de desenvolvimento, parcerias público-privadas, estratégia, desenvolvimento organizacional, competitividade e inovação. No BID, trabalhou durante 16 anos como Especialista Setorial, Coordenador do Setor Privado e Especialista Líder de Mercados Financeiros. Entre fevereiro de 2022 e abril de 2025, trabalhou como Coordenador Sênior de Projetos no Banco de Desenvolvimento KfW. Atualmente, é Especialista em Parcerias no PNUD no Brasil.

3. Formado em Engenharia Eletrônica e Economia, com pós-graduação em Engenharia Eletrônica. Especializou-se em Planejamento do Ciclo do Combustível Nuclear (Centro de Pesquisa Nuclear de Saclay, França) e em Modelos de Planejamento do Abastecimento de Energia (Centro de Pesquisa Nuclear de Jülich, Alemanha). É mestre em Ciências, com ênfase em Pesquisa Operacional, pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), e doutorando em Relações Internacionais pelo PPGRI da PUC Minas, além de ser renomado especialista em políticas de eficiência energética e mudanças climáticas, com ampla experiência em gestão pública, pesquisa e cooperação internacional.

4. Esta publicação foi criada com o auxílio do *chatbot* "Macaozinho". A inteligência artificial (IA) foi usada para redigir o texto inicial e auxiliar na pesquisa. Os autores revisaram, editaram e verificaram a precisão de todo o conteúdo gerado pela IA.

Sobre o PNUD

O PNUD é a principal organização das Nações Unidas que luta para acabar com a injustiça da pobreza, da desigualdade e das mudanças climáticas. Trabalhando com uma ampla rede de especialistas e parceiros em 170 países, ajuda as nações a criar soluções integradas e duradouras para as pessoas e o planeta.

Sobre *Route to Belém*

A plataforma *Route to Belém* é uma iniciativa que faz parte do Programa do PNUD “Apoio à COP30” (BRA/24/007) que combina conhecimento técnico com novas tecnologias e ambientes digitais para ajudar a tornar a COP30 em Belém, Brasil, o “ponto da virada” que precisamos para lidar com as mudanças climáticas globais. Como faremos isso? Há duas estratégias. A primeira utiliza estudos científicos para fortalecer as discussões entre os negociadores da COP. A segunda utiliza ferramentas digitais tais como o aplicativo de agenda inteligente, plataformas em metaverso e ajudante virtual (chatbot) para engajar a sociedade, o setor privado e a academia nos debates, permitindo a participação de quem estiver em Belém e outras localidades.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente as das Nações Unidas, incluindo o PNUD, ou dos Estados Membros da ONU.

Agradecimentos



Esta publicação foi produzida com o apoio da UK PACT.
Os autores desejam agradecer o apoio recebido.



COP30 *Route to Belém*
<http://www.routetobelem.com>

PNUD
<http://www.undp.org>

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2. Como o assunto tem sido abordado	7
3. Lima Work Programme on Gender (LWPG) e Gender Action Plan (GAP)	9
4. Clima e gênero no Brasil	11
5. Conclusão	14
Referências	15

RESUMO

A questão de gênero tem ganhado crescente reconhecimento nas negociações climáticas, particularmente no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e do Acordo de Paris. Esta nota técnica examina a integração das perspectivas de gênero na governança climática global, destacando marcos institucionais importantes, como o Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero (2014) e o Plano de Ação de Gênero (GAP, 2017), que promovem políticas climáticas sensíveis ao gênero, participação equitativa e liderança feminina. Apesar dos avanços — incluindo maior representatividade nas delegações da UNFCCC e mecanismos de financiamento sensíveis ao gênero —, persistem desafios, como o financiamento insuficiente, as lacunas de dados e as barreiras estruturais. A Nota também explora os esforços do Brasil para integrar a perspectiva de gênero nas políticas climáticas nacionais, com ênfase em iniciativas na agricultura, na energia e nas comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que identifica os obstáculos remanescentes.

Palavras-chave: Gênero, Mudanças Climáticas, UNFCCC, Plano de Ação de Gênero, Política Climática, Brasil.

1. INTRODUÇÃO

A questão de gênero tem assumido um papel cada vez mais relevante nas discussões globais, especialmente em temas como mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Organizações internacionais, como a ONU, têm reforçado a necessidade de integrar perspectivas de gênero em políticas públicas, reconhecendo que mulheres e minorias de gênero enfrentam impactos desproporcionais em crises ambientais, econômicas e sociais.

Essa abordagem visa não apenas corrigir desigualdades históricas, mas também ampliar a eficácia de soluções, uma vez que a participação equitativa fortalece a resiliência e a inovação.

A agenda de gênero tem influenciado debates sobre economia, saúde e segurança global, com metas específicas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5). A transversalidade do tema demonstra que a igualdade de gênero não é apenas uma questão de direitos, mas um pilar essencial para enfrentar os complexos desafios do século XXI.

As mudanças do clima têm efeitos profundos e desiguais sobre diferentes grupos sociais. As mulheres, especialmente em países em desenvolvimento e comunidades vulneráveis, são desproporcionalmente afetadas.

Essa vulnerabilidade ampliada decorre de desigualdades históricas e estruturais de gênero, que limitam o acesso das mulheres a recursos produtivos, educação, participação política e direitos fundamentais. Em muitos contextos, as mulheres são as principais responsáveis pela produção de alimentos, coleta de água e energia e pelo cuidado com a família — atividades que se tornam ainda mais desafiadoras diante de eventos climáticos extremos, como secas, enchentes e tempestades.

A insegurança alimentar e hídrica, agravada pelas mudanças no clima, aumenta a carga de trabalho das mulheres e pode comprometer sua saúde física e mental. Além disso, crises ambientais frequentemente resultam em deslocamentos forçados, expondo mulheres e meninas a maiores riscos de violência, exploração e abuso. A saúde das mulheres também é impactada de forma específica, com aumento de doenças infecciosas, complicações na gravidez e dificuldades no acesso a serviços de saúde em situações de emergência.

No campo da educação, meninas são mais propensas a abandonar a escola para ajudar em tarefas domésticas ou buscar recursos escassos, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. No mercado de trabalho, as mulheres predominam em setores altamente vulneráveis às mudanças climáticas, como agricultura de subsistência, pesca e pequenas economias locais, o que pode resultar em perda de renda e de oportunidades.

Apesar dessas vulnerabilidades, as mulheres desempenham papel central como agentes de resiliência e transformação. Elas lideram iniciativas de adaptação, conservação ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais, contribuindo com conhecimentos tradicionais e soluções inovadoras para enfrentar os desafios climáticos. Reconhecer e fortalecer o protagonismo feminino nas respostas à mudança do clima é fundamental para promover justiça social, equidade de gênero e construir sociedades mais resilientes e sustentáveis.

Há um esforço contínuo para refletir esses pontos, de forma prática, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (em inglês, *United Nations*

Framework Convention On Climate Change — UNFCCC) e do Acordo de Paris. A questão de gênero nas negociações do clima envolve discussões e propostas para garantir a igualdade, a participação e o empoderamento das mulheres, reconhecendo suas vulnerabilidades e seu potencial de liderança para uma ação climática mais justa, efetiva e eficaz. Nesse contexto, enfrentam-se desafios persistentes, como a sub-representação política, a violência estrutural e as lacunas de dados, exigindo ações coordenadas entre governos, sociedade civil e organismos multilaterais.

2. COMO O ASSUNTO TEM SIDO ABORDADO

Inicialmente, reconhecer a importância da dimensão do gênero como resultado das negociações promove o reconhecimento de que mulheres, meninas e outros grupos de gênero são desproporcionalmente afetados pelos impactos da mudança global do clima, especialmente em países e comunidades mais vulneráveis. O envolvimento pleno, igualitário e significativo das mulheres em todas as etapas das políticas e ações climáticas é considerado fundamental para alcançar resultados mais eficazes e justos.

O reconhecimento da vulnerabilidade diferenciada é um primeiro ponto a ser tratado. Mulheres e meninas são mais afetadas pelos impactos da mudança do clima, especialmente em contextos de pobreza e desigualdade.

Segundo, a participação e a liderança feminina têm de ser buscada para garantir a participação igualitária e significativa de mulheres nas etapas das negociações, formulação e implementação de políticas climáticas.

Terceiro, entre os marcos institucionais relevantes, está a criação do Programa de Lima sobre Gênero e do Plano de Ação de Gênero (GAP), que estabelecem diretrizes, prioridades e atividades para integrar gênero nas áreas da UNFCCC.

O quarto ponto importante são os esforços de integração de gênero em políticas e financiamento, enfatizando a importância do incentivo à inclusão de considerações de gênero em planos nacionais, projetos climáticos e mecanismos de financiamento, facilitando o acesso de mulheres e organizações de base feminina a recursos.

Quinto, a capacitação e o fortalecimento de habilidades, com a promoção de treinamentos, intercâmbio de experiências e desenvolvimento de capacidades para mulheres delegadas e lideranças.

E sexto, o monitoramento e a avaliação, incluindo a coleta de dados desagregados por sexo e a análise de gênero nos relatórios e nas avaliações de políticas climáticas.

Apesar dessas iniciativas, persistem desafios de aumentar os recursos e continuar fortalecendo a implementação prática e o aumento da presença feminina em cargos de decisão.

Por sua vez, a UNFCCC tem avançado na incorporação da perspectiva de gênero em suas políticas e ações, reconhecendo que os impactos da mudança do clima afetam homens e mulheres de maneira desigual, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

Quadro 1. Linha do tempo — Gênero na UNFCCC



Fonte: UNFCCC (2021), p. 2.

Esses avanços, de um modo mais amplo, podem ser listados nas seguintes dimensões:

1. **Marco Institucional e Diretrizes:** Plano de Ação de Gênero (GAP, 2017), adotado na COP23 (2017). Esse plano busca integrar a igualdade de gênero nas ações climáticas, com metas como: (i) promover a participação equilibrada de gênero em delegações e negociações; (ii) garantir que fundos climáticos, como o *Green Climate Fund* (GCF), considerem questões de gênero; e (iii) fortalecer capacitação para mulheres em adaptação e mitigação. O GAP foi renovado e ampliado nas COP25 (2019) e COP28 (2023), com metas mais robustas até 2028, incluindo financiamento específico para projetos com enfoque de gênero.
2. **Inclusão em Negociações Climáticas:** Várias decisões nas COPs mencionam a necessidade de abordagens sensíveis ao gênero, como a COP20, (2014, em Lima) e a COP21 (2015, em Paris), que destacaram o empoderamento feminino no Acordo de Paris (Artigo 7.5). O *Women and Gender Constituency* (WGC) — grupo oficial da UNFCCC que pressiona por políticas inclusivas e monitora a implementação de compromissos — foi criado em 2009 como um grupo de coalizão de organizações da sociedade civil que atuam com foco em direitos das mulheres e igualdade de gênero no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). O WGC foi reconhecido como observador oficial pela Secretaria da UNFCCC em 2011.
3. **Financiamento Climático e Gênero:** Os mecanismos como o *Green Climate Fund* (GCF) e o *Adaptation Fund* exigem que projetos incluam análises de gênero para receber recursos. E programas como o *Women for Results* (Prêmio *UN Global Climate Action*) destacam iniciativas lideradas por mulheres.

Apesar de progressos, mulheres ainda representam menos de 30% em delegações nacionais e há falta de dados desagregados, pois muitos países não monitoram o impacto climático por gênero, além de barreiras culturais, dado que, em alguns contextos, normas sociais limitam o acesso de mulheres a recursos e tomada de decisão.

3. LIMA WORK PROGRAMME ON GENDER (LWPG) E GENDER ACTION PLAN (GAP)

O Programa de Trabalho sobre Gênero e o Plano de Ação de Lima de 2014 (em inglês, *Lima Work Programme on Gender* e *Gender Action Plan*), na COP20, foi o primeiro grande marco, estabelecendo a necessidade de promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no contexto das negociações climáticas. O *Gender Action Plan* (GAP) foi criado para operacionalizar o programa de Lima e define áreas prioritárias, atividades, indicadores e responsabilidades para integrar a perspectiva de gênero nas áreas da UNFCCC, incluindo mitigação, adaptação, financiamento, tecnologia e capacitação.

Suas principais linhas de ação são as seguintes:

- **Participação:** incentivo à presença e liderança de mulheres nas delegações nacionais e nos processos decisórios da UNFCCC.
- **Capacitação:** treinamentos e programas para fortalecer habilidades técnicas, de liderança e negociação de mulheres delegadas.
- **Gênero em políticas e projetos:** exigência de que projetos e financiamentos climáticos considerem impactos diferenciados de gênero e promovam a igualdade.
- **Monitoramento:** coleta de dados desagregados por sexo e análise de gênero nos relatórios nacionais e internacionais.
- **Acesso a financiamento:** promoção de mecanismos que facilitem o acesso de mulheres e organizações de base feminina a recursos climáticos.

Na COP25 (2019), em Madri, Espanha, para fortalecer ainda mais a ação climática sensível ao gênero, foi adotado, pelas Partes o Programa de Trabalho de Lima Reforçado sobre Gênero (em inglês, *Enhanced Lima Work Programme on Gender* — ELWPG) e seu Plano de Ação de Gênero (em inglês, *Gender Action Plan* — GAP), a Decisão 3/CP.25.

Os objetivos principais do ELWPG e do GAP são: (i) Avançar a igualdade de gênero na política climática — Garantir a participação plena, igualitária e significativa das mulheres nos processos da UNFCCC; (ii) Fortalecer a implementação sensível ao gênero — Integrar considerações de gênero em mitigação, adaptação, financiamento e tecnologia; (iii) Melhorar capacitação e compartilhamento de conhecimento — Apoiar treinamentos e conscientização sobre gênero e mudanças climáticas; e (iv) Monitorar e relatar progressos — Acompanhar ações relacionadas a gênero no âmbito da UNFCCC.

O GAP, por sua vez, define cinco áreas prioritárias com atividades específicas, as quais:

1. Prioridade 1: Capacitação, compartilhamento de conhecimento e comunicação.

- Desenvolver programas de treinamento sobre ação climática sensível ao gênero.
- Compartilhar melhores práticas e estudos de caso sobre gênero e mudanças climáticas.

2. Prioridade 2: Equilíbrio de gênero, participação e liderança das mulheres.

- Aumentar a representação das mulheres em delegações e órgãos da UNFCCC.
- Apoiar a liderança feminina na formulação de políticas climáticas nacionais e locais.

3. Prioridade 3: Coerência entre políticas de gênero e clima.

- Integrar perspectivas de gênero nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), Planos Nacionais de Adaptação (NAPs) e mecanismos de financiamento climático.

4. Prioridade 4: Implementação sensível ao gênero e meios de implementação.

- Garantir que o financiamento climático (ex.: Fundo Verde para o Clima, Fundo de Adaptação) seja sensível ao gênero.
- Promover o desenvolvimento e a transferência de tecnologias com perspectiva de gênero.

• Prioridade 5: Monitoramento e relatórios.

- Acompanhar o progresso da integração de gênero nas ações climáticas.
- Relatar dados desagregados por gênero em iniciativas climáticas.

Desde a COP25, houve conquistas como o maior equilíbrio de gênero nos órgãos da UNFCCC (e.g. representação feminina chegou a 38% em órgãos constituídos em 2022); mais países integrando gênero em suas NDCs e NAPs; e o Constituinte de Mulheres e Gênero (em inglês, *Women and Gender Constituency* — WGC) defendendo ativamente políticas de gênero mais fortes.

No entanto, alguns desafios ainda persistem, como a implementação desigual entre países em razão do financiamento e da capacitação limitados; a persistência de lacunas em financiamento climático sensível ao gênero (apenas uma pequena fração é direcionada a questões de gênero); e a necessidade de mecanismos mais robustos de prestação de contas.

Na COP28 (2023), as Partes revisaram o progresso do GAP, estendendo-o por mais cinco anos (2024–2028), com medidas reforçadas, incluindo:

1. Maior rastreamento de financiamento climático sensível ao gênero.
2. Apoio ampliado a iniciativas climáticas lideradas por mulheres.
3. Vínculos mais fortes entre gênero e políticas de transição justa.

Ao empoderar as mulheres e promover a igualdade de gênero, a UNFCCC pode aumentar a eficácia e a justiça das respostas globais ao clima.

Para além do UNFCCC, em países como o Canadá, Suécia e Holanda, pode-se encontrar exemplos dos resultados desses esforços, ao serem implementadas políticas explícitas para integrar gênero em suas ações e financiamentos climáticos. Outro exemplo pode ser encontrado nos fundos multilaterais do clima, como o Fundo Verde para o Clima, que estabeleceram exigências de planos de ação de gênero em projetos financiados.

4. CLIMA E GÊNERO NO BRASIL

No Brasil, as ações que relacionam gênero e mudanças do clima têm ganhado espaço em políticas públicas, projetos e iniciativas da sociedade civil, ainda que haja espaço para evoluir mais e mais rapidamente. Nos pontos a seguir, estão algumas frentes e mecanismos relevantes.

4a. Políticas Públicas e Planos Nacionais

O Plano Nacional de Adaptação à Mudança (PNA) do Clima de 2016 incluiu diretrizes para promover a “equidade de gênero” em ações de adaptação, reconhecendo que mulheres (especialmente rurais, indígenas e quilombolas) são mais vulneráveis aos impactos climáticos. O PNA prevê a inclusão de mulheres na gestão de recursos hídricos e agricultura resiliente.

No Plano ABC+ (Agricultura de Baixo Carbono), de 2011, podem ser identificados programas que incentivam a participação de mulheres em capacitações sobre técnicas sustentáveis, como recuperação de pastagens e integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF).

Na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de 2015, atualizada em 2022, pela primeira vez, o Brasil mencionou explicitamente a “igualdade de gênero” como um princípio transversal em sua NDC, embora sem metas específicas.

Setorialmente, também podem ser identificados alguns programas e instituições que enfocam o tema gênero em ações vinculadas à mitigação e à adaptação climática, sintetizadas na Tabela 1.

Tabela 1. Iniciativas setoriais envolve o tema de gênero

Setor	Exemplos de iniciativas
Energia renovável	• Projetos como “Energia + Mulher” (MME) capacitam mulheres em comunidades rurais e periféricas para atuar em energia solar e eficiência energética. Nele, cooperativas de mulheres no Nordeste instalam sistemas fotovoltaicos.
Agricultura família	• Organizações como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) promovem tecnologias sociais (ex.: cisternas), com foco em mulheres, reduzindo sua carga de trabalho e aumentando resiliência à seca. • Projetos de agroecologia (ex.: via campesina) empoderam mulheres por meio de práticas sustentáveis. • Projetos como “Mulheres Rurais e Clima”, focados em segurança alimentar e adaptação (parceria com a FAO do Sistema ONU).
Cidades	• Cidades Sustentáveis: alguns municípios (e.g. Recife) têm planos locais de clima com enfoque em gênero.
Cultura	• Lei Aldir Blanc (2021): incluiu editais para mulheres em projetos culturais, com temas ambientais.
Povos tradicionais	• Mulheres indígenas e quilombolas lideram projetos de reflorestamento e conservação (ex.: Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão).

Fonte: Elaboração própria.

4b. Sociedade Civil e Pesquisa

O Observatório do Clima e Rede de Gênero e Clima em coalizão com a sociedade civil têm pressionado por políticas com perspectiva de gênero e produzem estudos sobre o tema. Um exemplo materializado desse esforço é o relatório “Gênero e Clima no Brasil” de 2021, destacando disparidades no acesso a recursos e informação.

Por sua vez, universidades e redes de pesquisa têm incluído essa combinação de tópico em suas agendas de pesquisa. Grupos como o Núcleo de Estudos em Gênero e Clima (UFMG) pesquisam os impactos diferenciados da mudança do clima sobre mulheres.

4c. Financiamento e Cooperação Internacional

As temáticas de igualdade de gênero e clima têm ganhado destaque na cooperação financeira internacional, replicando seus efeitos em seus projetos e financiamentos no Brasil, não somente requerendo desagregação de informação de gênero, como também na entrega desses financiamentos na ponta com indicadores de atendimento à necessidade da mulheres. São exemplos disso os esforços realizados entre bancos internacionais e multilaterais de desenvolvimento com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), que congrega o sistema nacional de fomento, para incluir os temas de clima e gênero como pontos relevantes de suas ações, estudos e eventos, que tem como efeito o reforço de sua importância nas instituições financeiras associadas à ABDE.

Outros exemplos podem ser encontrados nos projetos com os fundos climáticos. Entidades brasileiras acessaram recursos do *Green Climate Fund* (GCF) e do Fundo Amazônia para iniciativas que incluem componentes de gênero, como capacitação de mulheres em manejo florestal. Um exemplo é o Projeto “Floresta+Mulher” (MMA), que remunera mulheres por serviços ambientais na Amazônia.

4d. Desafios

Apesar dos avanços, alguns desafios ainda remanescem e são oportunidades para avançar ainda mais na integração das questões de gênero e clima. São questões que merecem atenção no Brasil:

- **Implementação intermitente:** Muitas políticas não saem do papel em razão de cortes orçamentários ou descontinuidade governamental.
- **Dados insuficientes:** Há pouca desagregação de dados por gênero para monitorar impactos climáticos.
- **Barreiras estruturais:** Desigualdades no acesso à terra, ao crédito e à participação política terminam por limitar o envolvimento das mulheres.
- **Monitoramento robusto:** O Brasil tem avançado na retórica e em algumas ações práticas, mas ainda falta coordenação nacional, recursos específicos e monitoramento robusto.
- **Ampliar as oportunidades para a liderança feminina:** A sociedade civil e as mulheres de comunidades tradicionais estão liderando muitas iniciativas, mostrando que a justiça climática passa pela equidade de gênero. Trazer essa liderança para que possam ampliar seu alcance ou suas iniciativas pode ajudar a acelerar o processo e criar referências positiva.

5. CONCLUSÃO

Em síntese, a integração da perspectiva de gênero nas políticas e negociações climáticas representa um avanço fundamental para a promoção de justiça e eficácia na resposta global à mudança do clima.

A evolução dessa integração da perspectiva de gênero no regime climático internacional — desde o estabelecimento do Programa de Trabalho de Lima (COP20) até a consolidação do Plano de Ação de Gênero (COP25) e sua recente revisão e ampliação (COP28) — demonstra progressos significativos na institucionalização de abordagens sensíveis ao gênero.

Entre os principais avanços, destacam-se: (i) maior representatividade feminina nos órgãos decisórios da UNFCCC; (ii) incorporação sistemática de considerações de gênero nos instrumentos de política climática (NDCs, NAPs); e (iii) desenvolvimento de mecanismos de financiamento climático com critérios de equidade de gênero.

Contudo, persistem desafios operacionais, particularmente quanto à alocação efetiva de recursos financeiros, à capacitação técnica e ao desenvolvimento de sistemas robustos de monitoramento e avaliação. A plena implementação desses marcos normativos exige: (i) fortalecimento dos arranjos institucionais nacionais; (ii) harmonização com outras agendas globais (ODS 5 e 13); e (iii) produção sistemática de dados desagregados por gênero. A internalização desses elementos será fundamental para assegurar que as políticas climáticas alcancem, simultaneamente, eficácia mitigatória/adaptativa e equidade social.

Apesar dos desafios ainda existentes, os avanços conquistados até o momento consolidam o entendimento de que a igualdade de gênero não é apenas um direito fundamental, mas também uma condição indispensável para alcançar soluções climáticas mais inclusivas, resilientes e sustentáveis, abrindo caminho para um futuro mais justo para todas as pessoas.



REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU (AGNU). Resolução da Assembleia Geral da ONU 70/1. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://docs.un.org/en/A/RES/70/1>.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL); FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT (FES). **A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil**: As mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicacoes/46643-dimensao-genero-big-push-sustentabilidade-brasil-mulheres-contexto-transformacao>.

DENTON, F. Climate Change Vulnerability, Impacts, and Adaptation: Why Does Gender Matter? **Gender & Development**, v. 10, n. 2, p. 10-20, 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&id=W1965765095>.

ONU MULHERES. **Turning Promises into Action: Gender Equality in the 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2018. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2018/2/gender-equality-in-the-2030-agenda-for-sustainable-development-2018>.

ONU MULHERES. Gender-Responsive Climate Action. A Pathway for the G20 Countries. **Policy Paper**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2024/12/G20-Policy-Paper_Final_adjusted.pdf.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). Overview of the Lima work programme on gender and its gender action plan: Workshop on possible structure and time frame for future work to enhance the implementation of Action for Climate Empowerment. **Workshop em 15/09/2021**. s.n.t. 2021. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/01.Lima%20Work%20Programme%20on%20Gender_ACE%20Workshop_15%20Sep%202021.pdf.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE (UNFCCC). **Enhanced Lima Work Programme on Gender and its Gender Action Plan**. 2025. Disponível em: <https://unfccc.int/topics/gender/workstreams/the-enhanced-lima-work-programme-on-gender>.

WORLD BANK. **Making Women's Voices Count: Integrating Gender Issues in Disaster Risk Management Overview and Resources for Guidance Notes**. 2012. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/723731468234284901/pdf/658410REVISED00view0Final0for0email.pdf>

Este exemplar é parte do nosso compromisso com a responsabilidade ambiental. Cada página foi impressa em papel proveniente de fontes responsáveis, refletindo nosso cuidado em preservar os recursos naturais e minimizar o impacto sobre o planeta. Edição limitada.



APOIO

